

EPEC - EMPRESA PRUDENTINA DE EDUCAÇÃO E CULTURA S.A.

CNPJ: 44.860.740/0001-73

Relatório da Administração - Exercício 2025

Prezados Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o relatório da administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. **1. Contexto Operacional e Desempenho:** Em 2025, o setor de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas no Brasil apresentou crescimento em matrículas, impulsionado pela modalidade EAD, embora com desaceleração geral. Apesar disso, desafios econômicos relevantes pressionaram a rentabilidade, incluindo oferta excessiva de vagas, gerando concorrência acirrada, margens apertadas, inadimplência elevada e evasão. Fatores macroeconômicos, como inflação e queda no poder aquisitivo, forçaram reajustes de mensalidades. Tal realidade levanta desafios para a gestão com vista a melhoria de eficiência, operacional, mitigação de riscos e sustentação da rentabilidade para o próximo ano. Diante dessa realidade, a empresa manteve o foco na manutenção da infraestrutura, bem como na melhoria dos processos, da comunicação e da integração das atividades. Tais ações resultaram em um crescimento de 5,72% na receita líquida em comparação ao exercício anterior. **2. Investimentos e Desenvolvimento:** No período considerado, a administração investiu na manutenção, atualização e renovação da infraestrutura. Destaca-se o investimento na modernização do parque tecnológico da instituição, com foco na melhoria do desempenho, da conectividade e da experiência dos usuários, contemplando: a aquisição de 230 novos equipamentos para a

atualização de laboratórios e setores administrativos; a instalação de 86 novos pontos de acesso para a rede sem fio, ampliando a cobertura e a estabilidade da conexão; a ampliação da capacidade dos links de internet (Jaú e Guarujá); e a atualização do firewall, visando à melhoria do tráfego de internet. Também foram realizadas ações ligadas a melhoria e atualização dos sistemas de informação institucionais, com vista ao melhor atendimento aos estudantes, assim como à agilidade de processos, por meio de automatização. No âmbito de apoio e serviços, houve a substituição da empresa responsável pela locação de copiadoras em Presidente Prudente e a instalação da central de cópias em Guarujá (com previsão de instalação para Jaú). O setor de marcenaria atuou intensamente na fabricação, manutenção, correção e adaptação de mobiliários para os campi de Presidente Prudente, Jaú e Guarujá. Ademais, foram adquiridos e instalados projetores multimídia nas salas de aula do Campus II (com previsão para instalação no Campus I), bem como realizadas a confecção e a manutenção de estruturas metálicas pelo setor de serralheria (áreas de embarque e desembarque de alunos, corrimãos, portas, janelas, entre outros). Com relação a obras, a empresa executou intervenções, com foco em modernização, ampliação da capacidade instalada e adequação normativa. No Campus I, destacaram-se reformas em laboratórios, clínicas e áreas acadêmicas, além da implantação de sistemas de energia fotovoltaica e melhorias em infraestrutura básica, como banheiros e

áreas de circulação. Também foram realizadas intervenções no ambulatório, incluindo montagem de auditório, adaptações funcionais e obras de acessibilidade. No Campus II, as ações concentraram-se principalmente em adequações de acessibilidade e segurança, bem como na modernização de laboratórios e estruturas produtivas vinculadas à zootecnia e à usina solar. Em Jaú e Guarujá, houve construção de novos espaços, reformas em unidades de saúde e expansões de instalações acadêmicas e de apoio. Demais investimentos incrementais também foram realizados, com vista a garantir uma adequada prestação de serviços educacionais e o desenvolvimento contínuo da instituição. **3. Governança Corporativa e Recursos Humanos:** A empresa reitera seu compromisso com a transparência e ética. Agradecemos aos nossos colaboradores pela dedicação e aos acionistas pela confiança depositada. **4. Perspectivas:** Para o exercício de 2026, a administração mantém a perspectiva de crescimento, com planos que visam garantir a manutenção das condições de ensino, pesquisa e extensão para fortalecimento da instituição, prezando sempre pela solidez financeira. **5. Conclusão:** Agradecemos aos colaboradores, clientes, fornecedores e acionistas pelo apoio e parceria durante o exercício. A Administração coloca-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Presidente Prudente, 22 de abril de 2026.

A Administração.

Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Julho de 2025 (Valores em milhares de Reais - R\$)			
ATIVO		12-2025	07-2025
Circulante	Nota	379.779	504.624
Caixa e Equivalentes	3a	279.317	427.627
Contas a Receber	3b	90.775	66.496
Cheques a Receber	3c	111	286
Adiantamentos	3e	1.216	3.054
Estoques	3f	6.584	6.981
Tributos a Compensar		718	
Outros Créditos	3h	51	33
Despesas Antecipadas	3i	1.008	147
Não Circulante		637.203	471.254
Depósitos Judiciais	3j	156.325	146.611
Direitos a Receber		156.233	-
Mensalidades a Receber - Crédito Interno		15.979	15.544
Investimentos	4	695	695
Imobilizado	5	307.166	307.523
Intangível	5	806	882
Total do Ativo		1.016.982	975.879

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanco Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Julho de 2025 (Valores em milhares de Reais - R\$)			
PASSIVO		12-2025	07-2025
Circulante	Nota	120.802	76.473
Fornecedores		4.118	2.684
Obrigações Sociais e Trabalhistas	3k	34.939	33.499
Obrigações Fiscais	3l	12.170	2.477
Adiantamento de Clientes		5.680	5.055
Outras Obrigações		54.926	26.647
Receitas Diferidas	3m	8.969	6.112
Não Circulante		404.249	416.816
Provisões para Contingências	3n	404.249	416.816
Patrimônio Líquido		491.932	482.589
Capital Social	9a	581	764.271
Fundo Social		-	581
Reserva de Capital	9b	482.125	-
Resultado do Período	9c	48.643	(282.262)
Resultados Acumulados	9d	(39.416)	-
Total do Passivo		1.016.982	975.879

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Julho de 2025 (Valores em milhares de Reais - R\$)					
	Capital Social	Fundo Social	Reservas	Resultados Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2024	649.769	581	-	114.502	764.852
Superávit do exercício de 2024, incorporado ao Patrimônio Social	114.502	-	-	(114.502)	-
Déficit Período Janeiro a Julho de 2025 (APEC)	-	-	-	(282.262)	(282.262)
Saldo em 31 de julho de 2025	764.271	581	-	(282.262)	482.589
Déficit período jan. a julho de 2025 (APEC), incorporado ao Capital Social	(282.262)	-	-	282.262	-
Transf. do Capital Social para Reservas de Capital	(482.009)	-	482.009	-	-
Transf. do Fundo Social para Capital Social	581 (581)	-	-	-	-
Lucro do Período Agosto a Dezembro (EPEC)	-	-	-	48.643	48.643
Adiantamento de Lucros e Dividendos	-	-	-	(39.300)	(39.300)
Reserva Legal da S/A no Período	-	-	116	-	(116)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	581	-	482.125	48.643	(39.416)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Valores em milhares de Reais - R\$)

1. Contexto Operacional: A EPEC - Empresa Prudentina de Educação e Cultura S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede e foro na cidade de Presidente Prudente, Estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento e a administração de atividades educacionais em diferentes níveis e modalidades de ensino, compreendendo, entre outras, atividades relacionadas à educação básica, ensino superior, pós-graduação, educação profissional, educação corporativa, cursos preparatórios para concursos públicos e demais atividades correlatas ao setor educacional. No âmbito de suas atividades institucionais, a Companhia atua na promoção do ensino, da pesquisa, da extensão universitária e do desenvolvimento tecnológico, podendo também apoiar o funcionamento de companhias sem fins lucrativos que tenham por finalidade o ensino, a pesquisa, a extensão e o desenvolvimento científico e tecnológico em seus diversos níveis. A instituição de ensino superior mantida pela Companhia utiliza o nome fantasia Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE, por meio da qual são desenvolvidas as atividades acadêmicas relacionadas ao ensino superior, pesquisa e extensão. **1.1 Transformação da natureza jurídica da companhia:** Até julho de 2025, as atividades educacionais eram desenvolvidas pela Associação Prudentina de Educação e Cultura - APEC, companhia constituída sob a forma de associação civil sem fins lucrativos, sendo quem em agosto de 2025, ocorreu a transformação da natureza jurídica da companhia, passando a organização a operar sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, denominada EPEC - Empresa Prudentina de Educação e Cultura S.A., constituída e regida nos termos da Lei nº 6.404/1976, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis. A referida transformação implicou alteração na forma jurídica e na estrutura de governança da companhia, mantendo-se, entretanto, a continuidade das atividades operacionais relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, anteriormente desenvolvidas pela associação. A alteração da natureza jurídica foi realizada com o objetivo de adequar a estrutura institucional e societária da organização às novas diretrizes estratégicas, administrativas e operacionais relacionadas à gestão das atividades educacionais. **1.2 Continuidade institucional, CNPJ e sucessão patrimonial:** A transformação societária descrita na nota explicativa anterior ocorreu sem interrupção das atividades operacionais da companhia, mantendo-se a continuidade das operações educacionais, administrativas e institucionais anteriormente desenvolvidas. Nesse contexto, foi mantido o mesmo número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), caracterizando-se a operação como uma transformação da natureza jurídica da companhia, com continuidade jurídica e operacional. Em decorrência dessa transformação, os ativos, passivos, direitos e obrigações anteriormente registrados em nome da associação passaram a integrar o patrimônio da Companhia, observando-se a sucessão patrimonial e operacional da companhia. Assim, as atividades educacionais anteriormente desenvolvidas pela Associação Prudentina de Educação e Cultura - APEC passaram a ser exercidas pela EPEC - Empresa Prudentina de Educação e Cultura S.A., mantendo-se a continuidade das operações institucionais e acadêmicas, incluindo aquelas desenvolvidas pela Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE. **2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, em agosto de 2025 ocorreu a transformação da natureza jurídica da companhia, que até julho de 2025 operava sob a forma de associação civil sem fins lucrativos, passando a partir dessa data a operar como sociedade por ações de capital fechado, denominada EPEC - Empresa Prudentina de Educação e Cultura S.A. Em decorrência dessa alteração jurídica, as demonstrações financeiras do exercício de 2025 contemplam dois períodos distintos de natureza institucional: • período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025, correspondente às operações desenvolvidas sob a forma de associação sem fins lucrativos; e • período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2025, correspondente às operações desenvolvidas sob a forma de sociedade por ações, regida pelas disposições da Lei nº 6.404/1976. Para fins de continuidade operacional e adequada representação patrimonial, os saldos patrimoniais existentes em 31 de julho de 2025 foram utilizados como base para a determinação dos saldos de abertura em 1º de agosto de 2025, data de início das operações sob a nova estrutura societária. Dessa forma, os ativos, passivos, direitos e obrigações anteriormente registrados pela associação foram integralmente sucedidos pela Companhia, observando-se a continuidade econômica e operacional das atividades desenvolvidas. **Comparabilidade das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e com as Normas Brasileiras de Contabilidade, incluindo aquelas aplicáveis às companhias sem fins lucrativos, especialmente a ITG 2002, bem como em conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/1976 e da Lei nº 11.638/2007. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de forma comparativa com aquelas relativas a julho de 2025. **a) Base de Mensuração:** Nesse contexto, embora a estrutura jurídica da companhia tenha sido alterada, as demonstrações financeiras foram elaboradas de modo a preservar a continuidade patrimonial, operacional e contábil das atividades, permitindo a adequada análise comparativa das informações financeiras entre os períodos apresentados. A preparação das demonstrações financeiras pressupõe a continuidade normal dos negócios e foi realizada considerando o custo histórico como base de mensuração, exceto quando indicado de forma diversa pelas práticas contábeis aplicáveis no Brasil. Nessa linha, determinados ativos e passivos financeiros são mensurados de acordo com critérios específicos previstos nas normas contábeis, incluindo ativos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao custo amortizado, quando aplicável. **b) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia dispõe de recursos suficientes para dar continuidade às suas operações no futuro previsível, não tendo conhecimento de qualquer incerteza relevante que possa suscitar dúvidas significativas quanto à sua capacidade de continuar operando em curso normal dos negócios. Dessa forma, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional. Em razão da transformação da natureza jurídica da companhia ocorrida em 1º de agosto de 2025, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, as demonstrações financeiras do exercício refletem a continuidade das operações anteriormente desenvolvidas sob a forma de associação civil sem fins lucrativos, passando, a partir dessa data, a serem conduzidas sob a forma de sociedade por ações, mantendo-se a continuidade patrimonial, operacional e institucional das atividades

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Julho de 2025 (Valores em milhares de Reais - R\$)			
	12-2025	07-2025	
1 - Receitas			
1.1 - Prestação de Serviços Educacionais	207.889	283.149	
1.2 - Outras Receitas Operacionais	14.014	42.321	
2 - Mercadorias e Serviços Adquiridos de Terceiros			
2.1 - Outros Custos dos Serviços Prestados	(11.829)	(16.078)	
2.2 - Energia, Serviços de Terceiros e Outras Despesas Operacionais	(39.725)	(447.269)	
3 - Retenções			
3.1 - Depreciação e Amortização	(8.685)	(11.912)	
4 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	161.664	(149.790)	
5 - Valor Adicionado Recebido em Transferência			
5.1 - Receitas Financeiras	32.384	33.941	
6 - Valor Adicionado Total a Distribuir	194.048	(115.849)	
7 - Distribuição do Valor Adicionado			
7.1 - Empregados			
Salários, Encargos e Benefícios	(107.070)	(137.041)	
7.2 - Governo			
Impostos, Taxas e Contribuições	(34.167)	(25.072)	
7.3 - Financiadores			
Juros	(4.168)	(4.301)	
7.4 - Resultado do Exercício	48.643	(282.262)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

desenvolvidas. **c) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de forma comparativa com as do exercício anterior, em conformidade com as disposições da CPC 26 (R1), que estabelece a obrigatoriedade de divulgação de informações comparativas para todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras. Nesse sentido, as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão sendo apresentadas em conjunto com as informações comparativas correspondentes ao período findo em 31 de julho de 2025, permitindo a adequada análise da evolução patrimonial, financeira e de desempenho da companhia entre os períodos apresentados. **d) Moeda Funcional e de Apresentação:** As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **e) Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas:** A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente; • Provisão para perdas sobre créditos; • Teste de redução ao valor recuperável de ativos; • Provisões judiciais. **f) Segregação entre Circulante e Não Circulante:** A Administração apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da companhia; • está mantido essencialmente com propósito de ser negociado; • espera-se que seja realizado até 12 meses da data do balanço; • é caixa ou equivalente de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que a sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da companhia; • está mantido essencialmente para finalidade de ser quitado; • deve ser liquidado no período de 12 meses após a data do balanço; • a companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3. Descrições das Principais Práticas Contábeis: a. Caixa e Equivalentes:** Compreende os valores em espécie disponíveis no caixa, bem como, depósitos em contas bancárias e aplicações de curto prazo junto a Instituições Financeiras, com alto grau de liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, demonstrado ao custo acrescido dos rendimentos financeiros auferidos até a data do balanço. A companhia não opera instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge.

	12-2025	07-2025
Caixa	33	40
Bancos Conta Movimento	3.101	2.874
Aplicações de Liquidez Imediata	276.182	424.713
Total	279.317	427.627

b. Contas a Receber: As contas a receber compreendem, substancialmente, os créditos oriundos das mensalidades pela prestação de serviços educacionais, incluindo valores a receber de alunos, repasses vinculados a programas governamentais, tais como o FIES, bem como recebimentos via administradoras de cartões e outros créditos correlatos. A Administração constituiu provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais riscos de inadimplência, com base na análise histórica de recuperação dos créditos e na avaliação individualizada dos saldos. Adicionalmente, a companhia mantém valores classificados no ativo não circulante, referentes a créditos internos, os quais possuem expectativa de realização em prazo superior a doze meses.

	12-2025	07-2025
Mensalidades a Receber	99.673	90.934
Mensalidades a Receber - FIES	8.677	-
FNDE - FIES	12.278	11.199
Cartão de Crédito/Débito	394	332
Outros Valores a Receber	1.998	2.439
Subtotal	123.019	104.905
(-) Perdas Estimadas com Créd. de Liq. Duvidosa	(32.244)	(38.409)
Total (AC)	90.775	66.496
Mensalidades a Receber - Crédito Interno (ANC)	15.979	15.544
Total Geral	106.754	82.040

c. Cheques a Receber: Os cheques a receber correspondem a títulos oriundos, substancialmente, da prestação de serviços educacionais, incluindo valores de cheques devolvidos, em processo de cobrança administrativa e judicial, bem como aqueles em fase de recuperação. A Administração avalia periodicamente a recuperabilidade desses ativos e constitui provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, com base no histórico de inadimplência, no estágio de cobrança dos títulos e em análises individualizadas quando aplicável.

	12-2025	07-2025
Cheques Devolvidos c/ Depto. Jurídico	968	1.000
Cheques Devolvidos c/ Recup.	113	148
Total	1.081	1.148
(-) Perdas Estimadas com Créd. de Liq. Duvidosa - Cheque	(970)	(862)
Total	111	286

d. Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD: A conta de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é apresentada como redutora do ativo circulante e tem por finalidade refletir, de forma prudencial, a expectativa de não realização de parte dos créditos a receber. A constituição da PECLD é realizada com base na avaliação da Administração quanto à recuperabilidade dos créditos, considerando o histórico de inadimplência, a análise individual e coletiva dos saldos, o estágio de cobrança e demais fatores que possam impactar a capacidade de recebimento. Dessa forma, o saldo apresentado representa a melhor estimativa, na data-base das demonstrações financeiras, do montante de créditos

Demonstração de Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Julho de 2025 (Valores em milhares de Reais - R\$)			
	Nota	12-2025	07-2025
Receitas	3o		
Sem Restrição			
Mensalidades		262.797	340.672
Receitas Financeiras		32.384	33.941
Outras Receitas		14.014	42.321
		309.195	416.934
Dedução das Receitas			
(-) Devoluções de Mensalidades e Taxas		(723)	(1.139)
(-) Bolsas de Estudo - Prouni		(20.764)	(27.468)
(-) Bolsas de Estudo - Gratuitudes		(18.684)	(22.143)
(-) Bolsas de Estudo - Mais Médicos		(4.902)	(6.568)
(-) Bolsas de Estudo - Proies		(10)	(48)
(-) Cofins		(519)	(158)
(-) ISS		(9.193)	-
(-) Pis		(113)	-
		(54.908)	(57.523)
Resultado Líquido		254.287	359.411
Custos	3p		
(-) Custos com Pessoal		(77.945)	(95.726)
(-) Outros Custos		(11.829)	(16.078)
		(89.775)	(111.804)
Resultado Bruto		164.512	247.607
Despesas Operacionais	3p		
Despesas Administrativas e Gerais		(91.537)	(113.792)
Despesas Financeiras		(4.168)	(4.301)
Outras Despesas		(7.311)	(411.624)
Impostos s/ Outras Receitas		(2.266)	-
		(105.283)	(529.717)
Provisão para Impostos			
CSLL		(2.802)	(152)
IRPJ		(7.784)	-
Resultado do Período		48.643	(282.262)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Julho de 2025 (Valores em milhares de Reais - R\$)			
	12-2025	07-2025	
1. Das Atividades Operacionais:			
A. Resultado			
Resultado do Exercício	48.643	(282.262)	
Variação Patrimônio Social	(764.271)	-	
Reservas de Capital	764.387	-	
Resultados Acumulados	(39.416)	-	
Baixas de Imobilizado	151	395	
Baixas de Depreciação	(116)	(216)	
Depreciações e Amortizações	8.685	11.912	
Resultado Ajustado	18.063	(270.170)	
B. Ativo Circulante			
Contas a Receber	(24.279)	12.357	
Estoques	397	(1.243)	

→ **continuação** **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 da EPEC - Empresa Prudentina de Educação e Cultura S.A. (Valores em milhares de Reais - R\$)**

prestação dos serviços. Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica é composta, substancialmente, por despesas com seguros, refletindo contratos vigentes cuja cobertura se estende para períodos futuros. A Administração entende que os valores registrados representam adequadamente os direitos da companhia na data-base das demonstrações financeiras.

	12-2025	07-2025
Seguros	1.008	147
Total	1.008	147

j. Depósitos Judiciais: Os depósitos judiciais referem-se a valores depositados ou bloqueados por determinação judicial, no âmbito de processos em que a companhia figura como parte, com o objetivo de garantir o cumprimento de eventuais obrigações decorrentes de decisões desfavoráveis. Tais valores abrangem, principalmente, depósitos relacionados a ações de natureza cível, trabalhista e tributária, incluindo casos de desapropriações, indenizações e valores em penhora. Em 31 de dezembro de 2025, observa-se aumento no saldo em relação ao exercício anterior, refletindo, principalmente, a constituição de novos depósitos e atualizações monetárias no período. A Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, entende que os montantes registrados são suficientes para fazer frente aos riscos envolvidos nos processos em andamento.

	12-2025	07-2025
Dep. Jud. Desapropriações e Indenizações	151.643	143.019
Depósito Judicial	2.867	1.970
Valores em Penhora	833	694
Dep. Jud. 4ª Vara Federal Ed. Costa Pratt	351	351
Dep. Jud. Processo Trabalhista	630	577
Total	156.325	146.611

k. Obrigações Trabalhistas e Sociais: As obrigações trabalhistas e sociais correspondem aos compromissos da companhia relacionados à folha de pagamento e aos encargos dela decorrentes, incluindo salários, férias, encargos sociais, provisões e benefícios concedidos aos colaboradores. Essas obrigações são reconhecidas de acordo com o regime de competência, refletindo os valores devidos até a data-base das demonstrações financeiras. Os saldos registrados representam adequadamente as obrigações existentes na data de encerramento do exercício.

	12-2025	07-2025
Salário e Ordenados a Pagar	8.588	2.816
Férias a Pagar	9.338	5.289
INSS Patronal Judicial	6.145	6.145
INSS a Recolher	4.653	5.124
INSS sobre Férias/13º Salário	2.459	3.289
FGTS a Recolher	1.631	1.253
FGTS sobre Férias	908	583
Emprestimo Consignado em Folha	514	534
Convênio Plano Oeste Saúde	560	543
Rescisões a Pagar	21	34
Pensão Alimentícia	40	48
Convênio Farmácia	41	39
Seguros	6	6
Mensalidade Sindical	4	4
Tx. Assistencial Professores - Guarujá/Jaú	-	64
Convênio Lanchonetes	10	16
13º Salário a Pagar	17	7.138
Depósito Judicial Ismael Ap. da Silva	-	1
Desc. Penhora Jud. Gloriane Izabel Wojci	2	3
FGTS sobre 13º salário	1	570
Total	34.939	33.499

l. Obrigações Fiscais: As obrigações fiscais correspondem aos tributos e contribuições devidos pela companhia, apurados sobre suas operações e rendimentos, bem como aqueles retidos na fonte sobre pagamentos realizados a terceiros. Esses passivos incluem, principalmente, impostos incidentes sobre o faturamento, como PIS e COFINS, tributos sobre a prestação de serviços, como ISS, bem como tributos sobre o resultado, tais como IRPJ e CSLL, além de valores retidos na fonte, incluindo IRRF, INSS e contribuições federais. Em 31 de dezembro de 2025, observa-se aumento relevante no saldo das obrigações fiscais em comparação ao exercício anterior, decorrente, substancialmente, da alteração da natureza jurídica da companhia ocorrida no exercício, passando a se sujeitar a um novo regime tributário. Em função dessa mudança, passaram a ser reconhecidos tributos sobre o resultado e sobre a receita que não eram aplicáveis no exercício de 2024, impactando diretamente a composição e o montante das obrigações fiscais no período. As obrigações são registradas de acordo com o regime de competência e liquidadas nos prazos previstos na legislação vigente. A Administração entende que os saldos registrados representam adequadamente as obrigações tributárias existentes na data-base das demonstrações financeiras.

	12-2025	07-2025
COFINS s/Fat. a Recolher	629	-
PIS s/Fat. a Recolher	108	-
ISS s/Prest. de Serviços a Recolher	1.696	-
CSLL - cód. 2484	1.135	-
IRPJ a Recolher	2.856	-
IRRF a Recolher - cód. 0561	5.512	2.131
PIS a Recolher - Escola - cód. 8301	-	157
COFINS sobre Outras Receitas - cód. 2172	-	14

	31/07/2025	07 a 12 de 2025					31/12/2025	
	Vlr. Líquido	Aquisições	Baixas Imob.	Baixa Deprec.	Transf. Entrada	Transf. Saída	Deprec./Amort.	Vlr. Líquido
Imobiliado	-	-	-	-	-	-	-	-
Aeronave	-	-	-	-	-	-	-	600
Animais	600	-	-	-	-	-	-	295
Animais Reprodutores	295	-	-	-	-	-	-	10.741
Biblioteca	10.637	104	-	-	-	-	-	7.302
Computadores	6.806	1.350	(69)	66	115	(2)	(964)	175.852
Edifícios	180.631	-	-	-	-	-	(4.779)	62.569
Terrenos	62.569	-	-	-	-	-	-	1.556
Veículos	1.634	126	-	-	-	-	(204)	13
Ferramentas	68	4	(3)	3	9	-	(13)	19.626
Máqs. Aparelhos e Equip.	20.087	1.535	(49)	28	45	(468)	(1.552)	367
Móveis e Utensílios	5.109	244	(29)	18	16	(33)	(367)	7.472
Instalações	7.671	210	-	-	824	(507)	(727)	141
Pinacoteca/Mapoteca	141	-	-	-	-	-	-	55
Poços Artesianos	59	-	-	-	-	-	(4)	15.930
Constr. em Andamento	11.215	4.715	-	-	-	-	-	695
Sub-Total	307.523	8.287	(151)	116	1.010	(1.010)	(8.609)	307.166
Investimentos	695	-	-	-	-	-	-	806
Intangível	882	-	-	-	-	-	(76)	308.667
Total Geral	309.100	8.287	(151)	116	1.010	(1.010)	(8.685)	308.667

	12-2025	07-2025
ISSQN Retido a Recolher	102	28
CSLL - cód. 2372	-	16
PIS, COFINS e CSLL Retidos na Fonte - cód. 5952	79	86
INSS - Retido na Fonte	23	11
IRRF a Recolher - cód. 1708	23	27
IRRF a Recolher - cód. 0588	7	6
Total	12.170	2.477

m. Receitas Diferidas ou a Apropriar: As receitas diferidas ou a apropriar correspondem, substancialmente, a valores recebidos antecipadamente de alunos, referentes a mensalidades e demais serviços educacionais cuja prestação ocorrerá em períodos subsequentes. Esses valores são inicialmente reconhecidos como passivo e apropriados ao resultado ao longo do período de competência, à medida que os serviços são efetivamente prestados, em conformidade com o regime de competência. A Administração entende que os saldos registrados refletem adequadamente as obrigações da companhia quanto à prestação futura de serviços na data-base das demonstrações financeiras. **n. Provisão para Contingências:** A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal de suas operações. As provisões para contingências são reconhecidas quando, com base na avaliação da Administração, suportada por seus assessores jurídicos, considera-se provável a perda de recursos econômicos e o valor pode ser estimado de forma confiável, em conformidade com os critérios estabelecidos pela NBC TG 25. As contingências classificadas como de perda provável são divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas avaliadas como de perda remota não requerem provisão ou divulgação, conforme aplicável. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta a seguinte composição das provisões para contingências:

	Valor (R\$)
Trabalhistas	1.536
Cíveis	1.985
Tributárias	400.728
Total	404.249

Críticos de mensuração e avaliação: As provisões foram constituídas com base nas melhores estimativas da Administração quanto ao desfecho dos processos em andamento, considerando: **•** A natureza das ações e o estágio processual; **•** A jurisprudência aplicável e histórico de perdas em casos similares; **•** A avaliação de probabilidade de perda realizada pelos assessores jurídicos externos e internos; **•** Quando aplicável, os valores atualizados das causas, incluindo encargos, juros e correção monetária. **Conciliação com controles jurídicos:** A Administração mantém controles analíticos das contingências judiciais por meio de relatórios elaborados por seus assessores jurídicos, os quais contemplam a totalidade dos processos em andamento. Em 31 de dezembro de 2025, os valores registrados contabilmente encontram-se integralmente conciliados com os referidos controles jurídicos, não havendo divergências relevantes entre os montantes provisionados e aqueles constantes nos relatórios auxiliares. **Natureza das contingências:** **•** **Trabalhistas:** referem-se, substancialmente, a reclamações ajuizadas por ex-colaboradores, envolvendo, principalmente, verbas rescisórias, horas extras e demais direitos trabalhistas. **•** **Cíveis:** compreendem, principalmente, ações indenizatórias e outras demandas relacionadas à atividade operacional da Companhia. **•** **Tributárias:** referem-se, majoritariamente, a discussões administrativas e judiciais envolvendo tributos federais, estaduais e municipais, cuja materialidade é significativa em relação ao total das provisões. A Administração entende que as provisões registradas são suficientes para fazer face às perdas prováveis decorrentes dos processos em andamento na data-base das demonstrações financeiras. **o. Recetas:** As receitas são registradas mensalmente, em obediência ao regime de competência, e estão suportadas pela respectiva documentação legal de acordo com as exigências fiscais. **p. Custos e Despesas:** Os custos e as despesas estão apropriados obedecendo ao regime de competência e foram apuradas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências fiscais. **4. Investimentos:** Os investimentos da companhia estão representados, substancialmente, por imóveis destinados à venda, obras de arte e participações em cooperativas agrícolas. Tais ativos são mensurados pelo custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, de eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Observa-se que não houve movimentação relevante nesses saldos no exercício de 2025 em relação ao exercício anterior, mantendo-se os valores em linha com aqueles apresentados em 31 de julho de 2025. A Administração entende que os montantes registrados refletem adequadamente a posição patrimonial desses ativos na data-base das demonstrações financeiras.

	12-2025	07-2025
Imóveis destinados para Venda	370	370
Obras de Arte	322	322
Coop. Agrícola Mista Adamantina	3	3
Total	695	695

5. Imobilizado e Intangível: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear observando as taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens. A Companhia entende não haver a necessidade de ajustar a vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação, sendo as taxas atuais praticadas as mais razoáveis, não requerendo nenhum ajuste das mesmas. Móveis e Utensílios 10%; Imóveis 4%; Veículos 20%; Máquinas e Equipamentos 10%; Equipamentos de Informática 20%.

6. Bolsas de estudos: A Universidade mantém convênios com órgãos públicos através dos quais oferece bolsas de estudos, mantendo a política de bolsas gratuitas para alunos de baixa renda, através de um processo de análise dos alunos solicitantes e dentro de um limite de vagas. Há também o programa de bolsas institucionais concedidas a funcionários e outras classes de alunos que não se enquadram nos programas sociais do governo. **Quantidade de alunos atendidos 12-2025:**

Área	Matriculados	Qtd.	Bolsa Parcial	Bolsa Integral	FIES Parcial	FIES Integral	ProUni Integral
Ensino a distância	1.919	775	69	-	-	-	-
Ensino médio	242	86	-	-	-	-	-
Extensão	191	8	-	-	-	-	-
Graduação	12.377	7.020	107	1.601	587	1.041	-
Pós Graduação	1.243	869	158	-	-	-	-
Total	15.972	8.758	334	1.601	587	1.041	-

7. Isenções Fiscais: Em decorrência da imunidade tributária prevista no artigo 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição Federal, a entidade usufruiu de benefícios fiscais até julho de 2025, período em que ainda estava enquadrada como entidade sem fins lucrativos. Os valores apresentados referem-se exclusivamente ao período de janeiro a julho de 2025. A partir de 1º de agosto de 2025, com a alteração da natureza jurídica para sociedade anônima, a entidade passou a se sujeitar ao regime tributário aplicável, não havendo, portanto, reconhecimento de benefícios fiscais dessa natureza no período subsequente. Para fins de evidência, a informação é apresentada de forma comparativa entre o saldo acumulado até julho de 2025 e a posição em 31 de dezembro de 2025, não sendo integralmente comparável em função da mudança de enquadramento jurídico ocorrida no exercício.

	12-2025	07-2025
COFINS	-	7.482
CSLL	-	8.457
Total	-	15.939

8. Contas de Compensação: O sistema de contas de compensação é optativo e não afeta o patrimônio da companhia. Destina-se exclusivamente a finalidades de controle interno ou fonte de informações a terceiros e por isso foi suprimido das demonstrações.

	12-2025	07-2025
Transferências Internas	617.212	530.078
Gratuidades	-	839
Total	617.212	530.917

9. Patrimônio Líquido: As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 refletem a alteração da natureza jurídica da Companhia ocorrida em 01 de agosto de 2025, quando deixou de operar como associação sem fins lucrativos e passou a operar sob a forma de sociedade anônima, mantendo, contudo, a continuidade de suas operações, ativos, passivos e estrutura patrimonial. Até a referida data, o patrimônio era apresentado como Patrimônio Social, em conformidade com a IIG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, refletindo a acumulação dos superávits e déficits ao longo dos exercícios. A partir da transformação societária, as demonstrações passaram a observar, no que aplicável, as disposições da Lei nº 6.404/76 e dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com a consequente reclassificação das rubricas patrimoniais para Capital Social, Reservas de Capital e Resultados Acumulados. Dessa forma, o exercício de 2025 contempla dois períodos distintos — de janeiro a julho, sob a forma de entidade sem fins lucrativos, e de agosto a dezembro, como sociedade anônima — o que impacta a forma de reconhecimento, apresentação e destinação dos resultados, bem como a comparabilidade com períodos anteriores. **a) Capital Social:** Em decorrência da alteração da natureza jurídica, foi constituído o Capital Social, representando a base de capitalização da Companhia sob sua nova estrutura societária, sendo efetuada a transferência do saldo de Fundo Social para Capital Social no valor de R\$ 581, bem como a incorporação do resultado negativo apurado até julho de 2025 ao capital, no montante de R\$ 282.262, conforme evidenciado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Tais procedimentos refletem a reorganização patrimonial decorrente da transformação societária, com o objetivo de adequar a estrutura do patrimônio líquido às disposições legais aplicáveis às sociedades por ações. **b) Reservas de Capital:** No contexto da reorganização societária, foram constituídas Reservas de Capital no montante de R\$ 482.125, decorrentes, substancialmente, da reclassificação de valores anteriormente registrados no Patrimônio Social. No decorrer do processo de adequação da estrutura patrimonial, foi efetuada transferência do Capital Social para Reservas de Capital no montante de R\$ 482.009, refletindo ajustes internos de classificação, sem impacto no montante total do patrimônio líquido. As Reservas de Capital representam valores que, nos termos da legislação societária, não transitam pelo resultado do exercício, sendo destinadas à manutenção da estrutura de capital da Companhia. **c) Resultado do Período:** O resultado do exercício de 2025 deve ser analisado considerando os dois períodos distintos decorrentes da alteração da natureza jurídica. No período de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025, ainda sob a forma de entidade sem fins lucrativos, foi apurado déficit no montante de R\$ 282.262, o qual foi absorvido pelo Patrimônio Social. Já no período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2025, sob a forma de sociedade anônima, foi apurado lucro líquido de R\$ 48.643, reconhecido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às sociedades por ações. Dessa forma, o resultado consolidado do exercício corresponde a prejuízo de R\$ 233.619, refletindo os efeitos combinados dos dois períodos. **d) Resultados Acumulados:** O resultado apurado no período de agosto a dezembro de 2025 foi destinado em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, incluindo a constituição de Reserva Legal no montante de R\$ 116, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, bem como o registro de Adiantamento de Lucros e Dividendos no valor de R\$ 39.300. Após tais destinações, o saldo de Resultados Acumulados totalizou valor negativo de R\$ 39.416 em 31 de dezembro de 2025, refletindo os efeitos das destinações realizadas no período, conforme demonstrado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Ressalta-se que, em função da alteração da natureza jurídica ao longo do exercício, a análise da evolução patrimonial e do desempenho econômico-financeiro da Companhia deve considerar as particularidades dos regimes contábeis aplicáveis a cada período. Nesse contexto, a Administração entende que as reclassificações efetuadas e a nova estrutura de apresentação do patrimônio líquido refletem de forma adequada a posição patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2025, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assegurando transparência e consistência na divulgação das informações contábeis. **10. Outras informações:** **a.** Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis consoante a legislação específica aplicável. **b.** A Companhia utiliza-se de um conta corrente entre a matriz e suas filiais, que foram suprimidas para fins de apresentação das demonstrações por não apresentarem influência nas contas patrimoniais **c.** Seguros: A Companhia mantém contratação de seguros para cobertura de eventuais sinistros de sua frota de veículos, imóveis e instalações. Presidente Prudente - SP, 31 de dezembro 2025

Diretoria	
Augusto César de Oliveira Lima Diretor Geral	
Reginaldo José Lopes CRC 1SP138457/0-9	Maurílio da Silva Maia CRC 1SP185703/0-9

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Ao Diretor da EPEC - Empresa Prudentina de Educação e Cultura S.A. - CNPJ 44.860.740/0001-73 - Presidente Prudente - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da EPEC - Empresa Prudentina de Educação e Cultura S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o para o período de 01 de agosto de 2025 a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EPEC - Empresa Prudentina de Educação e Cultura S.A., em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período cinco meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida e suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Entidade e responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade e a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Ênfase - Demonstrações contábeis elaboradas para período inferior**

ao exercício social: Adicionalmente, conforme descrito nas notas explicativas 1.1 e 1.2, a Entidade passou por transformação de sua natureza jurídica no exercício de 2025, deixando de operar como entidade sem fins lucrativos e passando a adotar a forma de sociedade empresária, mantendo, contudo, a continuidade de suas operações sob o mesmo CNPJ. Em decorrência dessa alteração, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 contemplam, de forma evidenciada, dois períodos distintos: i. de janeiro a julho de 2025, correspondente à fase anterior à alteração da natureza jurídica, e ii. de agosto a dezembro de 2025, já sob a nova estrutura societária. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração e responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração e responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude e maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **•** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. **•** Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Araçatuba-SP, 17 de abril de 2026

ACS Auditoria e Consultoria Contábil **Alberto F. Costa**
CRC 2SP026990/0-2 Contador - CRC - 1SP164292/0-0



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>